

# O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital

RICARDO ANTUNES

*São Paulo: Boitempo, 2018. 325p.*

*Ana Paula Colombini\* e José Dari Krein\*\**

A mais recente obra de Ricardo Antunes expressa as reflexões e pesquisas empíricas desenvolvidas na última década, passando por temáticas centrais para o debate do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. O livro assume um caráter de resistência ao *produtivismo* acadêmico, reúne uma diversidade de temas, com alguns capítulos em coautoria, e possui como fio condutor o debate sobre a expansão do novo proletariado de serviços que passa a compor a morfologia do trabalho na era digital e a requerer uma reconfiguração das forças sociais, sindicais e políticas na busca de um novo projeto societal socialista. Do ponto de vista teórico, o livro reafirma que a era digital não anuncia o fim do trabalho assalariado, mas reconfigura as formas de trabalho produtivo gerador de valor, na esfera material e imaterial. Na perspectiva política, a obra busca dar visibilidade às novas classes trabalhadoras, apontando para a necessidade de reaproximação entre suas forças de representação e a vida cotidiana de homens e mulheres que vivem do trabalho.

Esses dois aspectos são abordados transversalmente ao longo das quatro partes que compõem a obra. A primeira parte, composta por seis capítulos, conjuga o debate sobre a criação de valor nas atividades de serviços com o objetivo de

---

\* Doutora em Desenvolvimento Econômico (IE/Unicamp). E-mail: anafcolombi@gmail.com

\*\* Professor do IE/Unicamp. E-mail: darikrein@gmail.com

identificar quem é esse novo proletariado. Nela, o autor descreve as características das classes trabalhadores na era informacional-digital e discute como é composta a nova morfologia do trabalho que vem potencializando os mecanismos geradores de valor. O objetivo central é mostrar que a classe que vive do trabalho hoje compreende tanto os trabalhadores manuais diretos quanto aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços. Dentre esses últimos, o autor destaca a emergência dos intermitentes globais, trabalhadores e trabalhadoras em disponibilidade perpétua, sem garantias ou direitos, facilitada pelo uso de aplicativos, sobretudo nas áreas de transporte e circulação de mercadorias. Nessa concepção ampliada da classe trabalhadora, a forma imaterial do trabalho acrescenta coágulos de trabalho vivo na lógica da acumulação do capital e atualiza a subsunção do trabalho à máquina informacional-digital, abrindo uma “nova era de precarização estrutural do trabalho” em que o trabalho estável e regulado é substituído pelos mais diversificados modos de informalidade: os terceirizados, o cooperativismo, o empreendedorismo, o trabalho voluntário e o intermitente.

Na segunda parte, o autor coloca a discussão sobre a manifestação da precarização na era informacional-digital em primeiro plano, buscando compreender seu impacto sobre o movimento sindical no Brasil. Nos primeiros quatro capítulos, seu objetivo central é discutir os diferentes modos de ser da informalidade e mostrar que, se a flexibilidade funciona como uma síntese ordenadora das alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo, a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho, já que ela se tornou uma prática onipresente de gestão, organização e controle laboral. Na visão do autor, a terceirização amplia a fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, a intensificação da alienação e da desvalorização do trabalho humano e a pulverização da organização sindical.

Nos dois últimos capítulos dessa parte, o autor realiza um balanço do sindicalismo brasileiro dos anos 1980 aos governos do PT, atentando para o fato de que o movimento sindical, sobretudo as centrais que apoiaram os governos petistas, aderiram a uma prática negocial baseada em parcerias, negociações e incentivos a pactos sindicais. Para Antunes, isso potencializou o distanciamento entre representantes e representados. O autor joga luz, assim, sobre o debate que busca relacionar a reconfiguração das classes trabalhadoras com as formas de organização coletiva.

As duas últimas partes são reflexões sobre a morfologia do novo proletariado de serviços, para compreender os desafios políticos da esquerda após a experiência petista. A terceira parte, com seis capítulos, se dedica a discutir aquilo que o autor denomina “a rota social-liberal” tomada pelos governos petistas e sua relação com as rebeliões e greves que emergiram a partir de 2013. Na visão do autor, Lula e o PT exercitaram uma política de concertação social que beneficiou enormemente frações do grande capital e atendeu os setores empobrecidos com políticas sociais assistencialistas associadas a uma valorização do salário mínimo, sem confrontar nenhum dos pilares estruturantes da desigual sociedade brasileira. Nessa frágil

configuração, a cisão da base social burguesa que dava sustentação aos governos a partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff e o profundo mal-estar social das classes trabalhadoras acerca das situações do transporte, saúde e educação pública criaram um caldo de insatisfação que deu vida ao levante social que emergiu a partir de 2013.

O autor defende que os levantes sociais confrontaram a institucionalidade vigente e foram compostos por várias classes e setores de classe com a presença das esquerdas sociais e das direitas conservadoras. Nenhuma delas conseguiu conduzir as manifestações, mas foram os setores oriundos das classes médias conservadoras que lograram converter o “governo de esquerda do PT” em seu inimigo visceral. Antunes explica que esse processo ganhou corpo com a mudança de rota da política econômica do segundo governo Dilma e com as descobertas da operação Lava Jato. Para o autor, a luta contra a corrupção e o PT foi politizada pelas direitas e logrou colocar a totalidade das esquerdas no mesmo objeto da crítica. Ao mesmo tempo, as esquerdas apresentaram muita dificuldade para compreender os significados das rebeliões de 2013, que foram, na sua perspectiva, policlassistas, claramente plebiscitárias, mais horizontais, refratárias às práticas institucionais e avessas aos comandos partidários.

Ainda na terceira parte, o autor pontua que ao lado das rebeliões, o aumento das greves no Brasil expressa a situação de precariedade do trabalho que continuou vigente nos governos petistas, apesar do crescimento do emprego formal. Antunes argumenta que esses movimentos de resistência estão conectados com a destruição do trabalho em escala global. Ao mesmo tempo, vislumbra que essa situação de precariedade potencializa a perspectiva de as massas populares se apropriarem do espaço público e questionarem o modelo democrático vigente.

É do solo fértil dessas rebeliões e greves que o autor retira o otimismo que informa a última parte do livro e sedimenta os desafios que circunscrevem a possibilidade de reconstruir as forças sociais, sindicais e políticas do trabalho. Para o autor, uma alternativa à esquerda no século XXI passa pelo resgate do sentido de pertencimento de classe e pressupõe soldar laços de maior organicidade entre essas três ferramentas que o mundo do trabalho ainda dispõe: sindicatos, partidos e movimentos sociais, desde que orientados pela reaproximação com a vida cotidiana de trabalhadores e trabalhadoras.

Em seu conjunto, a obra proporciona uma reflexão sobre a natureza do trabalho no capitalismo contemporâneo e as possibilidades de reconstrução de sujeitos políticos capazes de impulsionar um processo de emancipação social. A partir da perspectiva marxista, contribui para a compreensão da atual crise, englobando a dimensão teórica do debate sobre a geração do valor na era informacional-digital e a dimensão política de entender quem é, afinal, a classe trabalhadora hoje e quais são os desafios da esquerda para com ela dialogar.